



DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

MESTRADO EM ARQUITETURA

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

TORRE — PARQUE

**Verticalização como estratégia para a maximização de áreas verdes em
Lisboa**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Autor: Eufigénio da Piedade Aurélio Sacaximbi

Orientadoras: Professora Arquiteta Marta Sequeira Carneiro e Professora Arquiteta Inês
Varela Maia Lobo

Número do candidato: 30004983

Setembro de 2024

Lisboa

Índice

Resumo.....	5
Introdução.....	7
I. Crise Habitacional em Lisboa	10
II. A construção em altura	15
III. Conversa com Ricardo Bak Gordon.....	24
IV. A necessidade da criação de um sistema de parques verdes	32
V. O Vale de Santo António como caso de estudo	38
VI Requalificação Urbana: Torres Residenciais e Parques Verdes	45
Bibliografia.....	47
Vídeografia.....	50
Sitografia	51

Índice de Imagens

Figura 1 — Manifestação sobre o direito à habitação em Lisboa, Abril de 2023. Autor: Nuno Fox. em: FERNANDES, Salomé; FRANÇA, Ana; BENTO, Helena — Depois de um percurso pacífico, a manifestação em Lisboa registou confrontos com a polícia. Lisboa: Expresso, 01 Abril 2023.

Figura 2 — Moradores de rua nos Anjos, Lisboa, Setembro de 2024. Autor: Eufigénio Sacaximbi.

Figura 3 — Fotografia da maqueta do projeto Nova Alcântara de Álvaro Siza, 2003. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 4 — Fotografia da maqueta do projeto Nova Alcântara de Álvaro Siza, 2003. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 5 — Fotografia da maqueta do projeto Nova Alcântara de Álvaro Siza, 2003. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 6 — Torre de Picoas, 2023. Autor: Nuno Cera. Revista AMAG PT 02.

Figura 7 — Proposta de torres para o quarteirão da Portugália, 2021. Fonte: Bak Gordon: Architecture / Textos.

Figura 8 — Proposta de praça para o quarteirão da Portugália, 2021. Fonte: Bak Gordon: Architecture / Textos.

Figura 9 — Entrevista com Ricardo Bak Gordon, Maio de 2024. Autor: Danilson Janota.

Figura 10 — Ortofotomapa de Lisboa, 2014. Fonte: Google Earth.

Figura 11 — Imagem aérea do Central Park, 1929. Fonte: New York Preservation Archive Project.

Figura 12 — Parques e Corredores verdes da cidade de Lisboa, 2024. Autor: Eufigénio Sacaximbi.

Figura 13 — Planta dos subúrbios de Lisboa desde Santa Apolónia até à Quinta do Calado, 1807-1856. Fonte: Direção de Infraestruturas do Exército, Gabinete de Estudos

Arqueológicos da Engenharia Militar.

Figura 14 — Do Colégio de Santo Antão ao Alto de São João, 1950. Autor: Mário Oliveira.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

Figura 15 — Alteração do Plano de Urbanização do Vale. 1967, p. 1. Autor: Arnaldo Madureira. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 16 — Alteração do Plano de Urbanização do Vale. 1967, p. 30. Autor: Arnaldo Madureira. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 17 — FOLQUE, Filipe — Levantamento Topográfico de Lisboa em 1856 / dir. Filipe Folque [Material Cartográfico]. – Escala 1.5000. [S.I.: s.n.; 1859]. - 65 plantas ms.: côr. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 18 — PINTO, [Julio António Vieira da] Silva — Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904 - 1911 / dir. [Júlio António Vieira da] Silva Pinto [Material Cartográfico]. – Escala 1:1000. [Lisboa: Câmara Municipal, 1904 - 1911]. - 249 plantas ms.: côr.; 96 x 63 cm. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 19 — SILVA, Augusto Vieira da — Levantamento Topográfico de Lisboa em 1950 / dir. Augusto Vieira da Silva [Material Cartográfico]. – Escala: 1000. [S.I.: s.n.; 1950]. - 11 cartas: côr.; 58 cm. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 20 — Câmara Municipal de Lisboa — Levantamento Topográfico de Lisboa em 1970 - 1983 / Câmara Municipal de Lisboa [Material Cartográfico]. Escala: 1000. [S.I.: s.n.; 1970 - 1983]. - Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 21 — Maqueta do Plano de Urbanização do Vale Escuro, 1976. Fonte: Revista Binário, Janeiro - Fevereiro de 1976, n.º 205-206, p. 30.

Figura 22 — Proposta de Plano de Urbanização do Vale de Santo António, 2011. Autor: EPUL. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

Figura 23 — Projecto de Renda Acessível para o Vale de Santo António CML, em: ANDRÉ, Mário Rui – Vale de Santo António: um território à espera de decisões e concretizações. Lisboa: LPP, 10 Outubro 2023. [Consult. 27 Mar. 2024] Disponível em: <https://lisboaparapessoas.pt/2023/10/10/vale-de-santo-antonio-plano-de->

urbanizacao/#google_vignette.

Resumo

A construção em altura é uma hipótese utilizada desde tempos ancestrais, mas ganhou uma nova relevância no século XX. O crescimento acelerado das cidades, aliado aos avanços tecnológicos, permitiu o ressurgimento deste modelo como uma alternativa eficaz ao crescimento em extensão. Este tipo de construção permite acomodar a mesma quantidade de habitações que um desenvolvimento em extensão horizontal, mas com a vantagem de libertar extensas áreas de solo, proporcionando melhores condições de salubridade e habitabilidade. Em Lisboa, este modelo foi implementado principalmente em zonas suburbanas e de modo parcial, sendo que na generalidade dos casos não se garantiu a criação de espaço público que deveria acompanhar este tipo de construção, resultando em poucas experiências consistentes. Essa ausência deveu-se, por um lado, a um preconceito estrutural e, por outro, ao receio da generalização deste modelo urbano, nomeadamente no centro histórico da cidade. Face à atual crise habitacional e à necessidade de construir 56 000 fogos até 2030, a hipótese do binómio torre-parque surge como uma possível solução. O vale de Santo António, considerado como caso de estudo, apresenta-se como um exemplo para reavaliar a viabilidade e benefícios deste modelo arquitectónico e urbanístico, explorando a sua aplicabilidade na Área Metropolitana de Lisboa.

Palavras-chave: Habitação, Lisboa, Vale de Santo António, Torre, Parque.

Abstract

High-rise construction has been used since ancient times, but gained new relevance in the 20th century. The accelerated growth of cities, combined with technological advances, allowed this model to resurface as an effective alternative to sprawling growth. This type of construction makes it possible to accommodate the same number of dwellings as a horizontal development, but with the advantage of freeing up large areas of land, providing better health and living conditions. In Lisbon, this model was implemented mainly in suburban areas and only partially, and in most cases the creation of public space that should accompany this type of construction was not guaranteed, resulting in few consistent experiences. This absence was due, on the one hand, to structural prejudice and, on the other, to fear of the generalization of this urban model, particularly in the historic city center. Faced with the current housing crisis and the need to build 56 000 homes by 2030, the tower-park binomial hypothesis appears to be a possible solution. The Santo António valley, considered as a case study, is presented as an example to re-evaluate the viability and benefits of this architectural and urbanistic model, exploring its applicability in the Lisbon Metropolitan Area.

Keywords: Housing, Lisbon, Vale de Santo António, Tower, Park.

Introdução

Esta dissertação aborda dois problemas urgentes, ambos fundamentais para a qualidade de vida dos residentes em Lisboa: a crise habitacional e a necessidade de encontrar soluções sustentáveis para o desenvolvimento urbano.

A escassez de habitações acessíveis e o aumento exponencial dos preços dos imóveis têm contribuído para uma crise habitacional significativa na cidade. Entre 2015 e 2020, os preços de venda de habitação em Lisboa subiram cerca de 60%, com o valor médio por metro quadrado a ultrapassar os 4.000 €/m² em 2023, tornando a cidade uma das mais caras da Europa. As rendas também registaram aumentos consideráveis, com o valor médio do arrendamento a subir 35% nos últimos cinco anos.¹ Esta situação levou a um aumento da pressão sobre as famílias, com muitos a serem forçados a abandonar a cidade ou a procurar alternativas de habitação em áreas periféricas, onde os preços são mais acessíveis. As soluções propostas para mitigar este problema têm-se revelado insuficientes, gerando descontentamento e mobilização social. Em particular, a falta de resposta eficaz tem incentivado um número crescente de jovens e trabalhadores a emigrar para países onde a relação e o custo de vida proporciona melhor qualidade de vida.²

Ao mesmo tempo, Lisboa enfrenta o desafio de aumentar as áreas verdes urbanas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que as cidades disponham de, pelo menos, 9 m² de espaço verde por habitante, e que todos os residentes vivam a uma distância máxima de 300 metros de um parque ou espaço verde.³ Lisboa, embora tenha feito progressos significativos, como a criação do Parque Ribeirinho Oriente e o projeto da Lisboa Verde, ainda está aquém desta meta em muitas áreas. Em 2020, a cidade contava com apenas 80% da população residente a menos de 300 metros de parques e jardins públicos⁴, e a pressão imobiliária tem comprometido a disponibilidade de terrenos para a criação de novos parques.

¹ PORDATA — Taxa de Inflação por bens e serviços (%) - Índice de preços no consumidor (IPC). Lisboa: PORDATA, Julho 2024: <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/inflacao/taxa-de-inflacao/taxa-de-inflacao-por-bens-e-servicos-indice-de-precos-no>.

² Entre 2011 e 2021, mais de 600 000 portugueses emigraram, sendo uma grande parte motivada pelas dificuldades no acesso à habitação. PORDATA — Emigrantes: total e por tipo e sexo. Lisboa: PORDATA, Junho 2018. Disponível em: https://www.pordata.pt/pt/search?search=emigrantes&items_per_page=9&sort_bef_combine=changed_ASC&gclid=1*13dl63v*_up*MQ..*_ga*NjMzNjYyNjUzLjE3Mjc1OTc4NzA.*_ga_HL9EXBCVBZ*MTcyNzYwMjEyOC4yLjAuMTcyNzYwMjEyOC4wLjAuMA..

³ World Health Organization — Urban green spaces and health. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2016.. WHO/EURO:2016-3352-43111-60341.

⁴ Câmara Municipal de Lisboa — Plano de ação local para a biodiversidade em Lisboa 2020. Lisboa, 2020.

Neste contexto, a construção em altura apresenta-se como uma alternativa viável para enfrentar simultaneamente a escassez habitacional e a necessidade de mais espaços verdes. Esta tese defende que este modelo permite libertar espaço ao nível do solo para a criação de parques, espaços verdes e infraestruturas públicas, ao mesmo tempo que aumenta a oferta de habitação.

Já Le Corbusier, em *La Charte d'Athènes*, sublinhou a importância de equilibrar a densidade urbana com a presença de espaços verdes, reconhecendo o impacto ambiental e social das construções em altura. De igual modo, os textos teóricos de Reyner Banham e Siegfried Giedion destacam a necessidade de um planeamento urbano que considere tanto a eficiência técnica como a qualidade ambiental dos edifícios altos.

Em Lisboa, contudo, o debate sobre a construção em altura tem sido marcado por uma resistência persistente. Embora este debate não seja novo, a cidade, tradicionalmente caracterizada por uma construção horizontal, tem demonstrado relutância em adoptar a verticalização, devido a fatores culturais, históricos e técnicos. Destaca-se o receio de que edifícios altos possam desvalorizar os monumentos e edifícios históricos da cidade, comprometendo o património arquitectónico de Lisboa. Por outro lado, receia-se que estas novas construções contribuam para uma densificação excessiva e descontrolada. Por último, a localização de Lisboa numa área sujeita a catástrofes naturais, como sismos, reforça a resistência a este modelo de desenvolvimento urbano.

Apesar de todos esses desafios, vários arquitetos e urbanistas têm defendido que a construção em altura, quando devidamente planeada, pode ser uma hipótese interessante para Lisboa. Existem vários exemplos de projectos propostos ao longo dos anos que ilustram essa possibilidade, como o das Torres Mutantes em Alcântara, de Álvaro Siza, de 2003, que, embora não tenha sido executado, marcou uma perspectiva importante sobre a requalificação da zona; a proposta para a Reabilitação do Quarteirão da Portugália, na Avenida Almirante Reis, de Ricardo Bak Gordon, de 2017, que permitiria revitalizar um dos principais eixos da cidade; e a Torre de Picoas, na Avenida Fontes Pereira de Melo, desenvolvida pelo atelier Barbas Lopes, de 2015, que permitiria revitalizar outro dos principais eixos da cidade.

Esta tese propõe, com base nos princípios enunciados, analisar como a construção em altura pode ser integrada de forma eficaz em Lisboa, maximizando a oferta habitacional e valorizando o espaço envolvente, promovendo a qualidade de vida dos seus habitantes. Ao

focar-se no Vale de Santo António como caso de estudo, esta investigação sugere um novo modelo de intervenção urbana, onde a construção vertical e a criação de espaços verdes pudessem coexistir, beneficiando a cidade como um todo.

A dissertação está organizada em seis partes. No primeiro capítulo, é discutida a crise habitacional em Lisboa, destacando as suas causas e consequências, bem como a necessidade urgente de novas soluções urbanísticas para mitigar a falta de habitação acessível. No segundo capítulo, são analisadas várias propostas de construção vertical, tanto em Lisboa como noutras cidades europeias, que visam a libertação do espaço em redor das torres para uso público, promovendo uma utilização mais eficiente do solo urbano. O terceiro capítulo é composto por uma conversa com Ricardo Bak Gordon, onde o arquiteto partilha o seu ponto de vista sobre a construção em altura e o seu impacto na cidade. O quarto capítulo explora a relevância dos espaços verdes no contexto urbano, tanto numa perspetiva histórica como contemporânea, e inclui uma análise aprofundada das propostas de Gonçalo Ribeiro Telles para a integração de corredores verdes em Lisboa. No quinto capítulo, o foco recai sobre o Vale de Santo António, também conhecido como Vale Escuro. É apresentada uma análise das suas condições históricas e actuais, com base em levantamentos cartográficos e em diversas propostas de desenvolvimento urbanístico elaboradas ao longo dos anos. No sexto e último capítulo, é apresentada uma hipótese de intervenção no Vale de Santo António, que visa contribuir para a resolução dos problemas habitacionais e ambientais da cidade. Esta proposta de requalificação urbana procura integrar de modo harmonioso torres residenciais e amplos espaços verdes, podendo servir como modelo, replicável, no futuro, em outras áreas de Lisboa.

I. Crise Habitacional em Lisboa

Nos últimos anos, Portugal tem sido palco de profundos desafios no acesso à habitação, sendo a cidade de Lisboa o epicentro deste problema. A crise habitacional na capital portuguesa resulta de uma conjugação de fatores, como o aumento exponencial dos preços dos imóveis e a escassez de habitação acessível. Esta situação não é apenas uma preocupação do mercado, mas um problema social de grande magnitude que afeta a qualidade de vida de milhares de cidadãos.

Entre os principais factores que impulsionaram este fenómeno, destaca-se o aumento do turismo e o crescente interesse de estrangeiros em investir no sector imobiliário da cidade. Entre 2010 e 2020, Lisboa registou um aumento significativo no número de turistas, passando de cerca de 5 milhões de visitantes anuais para mais de 10 milhões⁵, consolidando-se como um dos destinos mais populares da Europa. Esta crescente procura turística levou muitos proprietários a converterem os seus imóveis em alojamentos temporários, dada a maior rentabilidade em comparação com o arrendamento de longa duração. Consequentemente, a oferta de habitação para residentes permanentes diminuiu drasticamente. Além disso, o número de novos hotéis em Lisboa aumentou significativamente: entre 2016 e 2019 foram inaugurados cerca de 30 novos estabelecimentos, enquanto entre 2020 e 2023 abriram mais 50.⁶ Muitos desses hotéis ocupam edifícios históricos e antigos edifícios residenciais, sendo que aproximadamente 40% dos hotéis em Lisboa estão localizados em edifícios adaptados, principalmente no centro da cidade.

Outro fator que agravou a situação foi a criação dos «Vistos Gold», um programa implementado em 2012 que permitia a cidadãos não europeus obter residência em Portugal mediante investimento imobiliário. Até 2023, cerca de 11 500 vistos foram concedidos⁷, concentrando a maioria dos investimentos em Lisboa e no Porto e contribuindo para a especulação imobiliária.

O impacto desta situação é visível no mercado de arrendamento, onde os preços subiram de

⁵ INE — Estatísticas do Turismo : 2020. Lisboa : INE, 2021. Lisboa: INE, 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=280866098&PUBLICACOESmodo=2.

⁶ LOPES, Sara – Abriram mais de 40 hotéis em Lisboa nas zonas de contenção do alojamento local. Lisboa: NIT, Julho 2024. Disponível: <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/abriram-mais-de-40-hoteis-em-lisboa-nas-zonas-de-contencao-do-alojamento-local>.

⁷ PORDATA — Vistos Gold - Autorizações de residência para investimento concedidas. Lisboa: PORDATA, Maio 2024. Disponível em: <https://www.pordata.pt/pt/search?search=vistos>.

forma desproporcional em relação aos rendimentos médios dos residentes. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 2015 e 2022, o valor médio das rendas em Lisboa aumentou em cerca de 45%, enquanto os salários cresceram apenas cerca de 10% no mesmo período.⁸ Com um salário médio em torno de 1 000 €, muitos lisboetas enfrentam dificuldades para cobrir o custo de uma renda que frequentemente ultrapassa os 1 500 € mensais.⁹ Embora esta crise não seja um fenómeno isolado na Europa — cidades como Barcelona, Paris e Berlim enfrentam problemas semelhante —, Portugal destaca-se entre os países mais afetados, com a situação em Lisboa particularmente grave, devido à relação entre os baixos salários e os altos preços da habitação.

Em resposta, o Governo português lançou em 2023 o programa «Mais Habitação», uma iniciativa destinada a aumentar a oferta de imóveis para arrendamento acessível. O programa inclui medidas como a limitação de licenças de alojamento local em áreas de maior pressão imobiliária, incentivos fiscais para proprietários que coloquem imóveis no mercado de arrendamento de longa duração, a limitação do aumento das rendas a um máximo de 2% para novos contratos, famílias com dependentes têm um maior desconto no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), apoios às cooperativas e municípios para promover o arrendamento acessível, e o encerramento da concessão de vistos gold, mantendo apenas a aprovação dos pedidos submetidos anteriormente.¹⁰ No entanto, estas medidas têm sido amplamente criticadas por serem insuficientes para lidar com a dimensão do problema.

Em resposta à crise, a população tem-se mobilizado, com várias manifestações a ocorrerem em Lisboa nos últimos anos, exigindo políticas públicas mais eficazes para garantir o direito à habitação [Fig. 1].. A cidade tem também registado um aumento no número de pessoas sem-abrigo, muitas das quais imigrantes, ainda mais a gravidade do problema habitacional na área metropolitana de Lisboa [Fig. 2].

⁸ INE — Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local. Lisboa: INE, Outubro 2022. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=540873462&DESTAQUESmodo=2.

⁹ INE — Estatísticas do Emprego: Remuneração bruta mensal média por trabalhador. Lisboa: INE, Maio 2022. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=540810619&DESTAQUESmodo=2.

¹⁰ XXIII Governo, República Portuguesa — Mais Habitação. Lisboa, 2023.



Figura 1 – Manifestação sobre o direito à habitação – Lisboa, abril de 2023.



Figura 2 – Moradores de rua em Anjos – Lisboa, Setembro de 2024.

Um dos grupos mais afetados por esta crise são os jovens. De acordo com um estudo do Eurostat, a idade média em que os jovens portugueses saem de casa dos pais é de 32,8 anos, a segunda mais alta da União Europeia, onde a média se situa nos 26,4 anos.¹¹ A dificuldade de encontrar habitação a preços acessíveis força muitos jovens a permanecer em casa dos pais por mais tempo ou a emigrar em busca de melhores oportunidades. Entre 2011 e 2021, mais

¹¹ EUROSTAT — Archive:Age of young people leaving their parental household. European Commission, June 2023. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Age_of_young_people_leaving_their_parental_household&oldid=590885.

de 300 000 jovens portugueses emigraram, sendo o elevado custo da habitação uma das razões apontadas para esta saída em massa¹².

Além dos jovens, os imigrantes que chegam a Portugal à procura de uma vida melhor deparam-se com grandes obstáculos no acesso à habitação. Lisboa, que tem atraído imigrantes de várias partes do mundo, não dispõe de políticas habitacionais inclusivas, o que deixa muitos deles em situações precárias, frequentemente forçados a viver em condições de sobrelotação ou em habitações degradadas.

O paradoxo da crise habitacional em Lisboa torna-se ainda mais evidente quando se considera o facto de existirem aproximadamente 700 mil casas desocupadas em Portugal, das quais uma parte significativa está localizada na Área Metropolitana de Lisboa. Este número é substancialmente superior à quantidade de casas necessárias para responder à actual crise habitacional. No entanto, muitos destes imóveis encontram-se em estado de degradação avançada ou retidos em processos burocráticos, impedindo a sua utilização imediata.

Perante esta situação, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem mais coordenada e integrada. O papel da Arquitetura na resolução desta crise é fundamental, pois os arquitetos têm a capacidade de transformar o espaço urbano de forma a responder às necessidades habitacionais e melhorar a qualidade de vida.

Para resolver este problema, é essencial promover uma reflexão coletiva envolvendo todos os setores da sociedade. Propostas como a criação de cooperativas de habitação e associações de moradores, como defendido por Marta Sequeira na exposição *Habitar Lisboa*¹³, podem ser soluções eficazes. Estes modelos permitem que diferentes setores apresentem propostas de habitação que respondam às reais necessidades da população, evitando a especulação imobiliária e promovendo uma habitação mais acessível.

¹² INE — Estatísticas Demográficas : 2021. Lisboa: INE, 2023. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=13932532&PUBLICACOESmodo=2.

¹³ SEQUEIRA, Marta — *Habitar Lisboa: uma perspectiva arquitetónica sobre uma crise contemporânea*. Lisboa: Monade, 2023. ISBN: 9789895370559

II. A construção em altura

O conceito de edifícios altos evoluiu drasticamente ao longo do tempo, refletindo mudanças nas tecnologias de construção, nas dinâmicas sociais e nos padrões de urbanização. Desde os edifícios antigos até os arranha-céus modernos, a história dos edifícios altos reflete a busca constante pela expansão vertical, quer por necessidade de espaço, quer por ambição tecnológica e cultural.

A construção em altura tem raízes milenares, com exemplos notáveis como as pirâmides do Egito e os zigurates da Mesopotâmia, estruturas colossais que, para a sua época, atingiam alturas impressionantes. Na Europa medieval, as torres fortificadas tornam-se símbolos de poder e prestígio. Cidades como San Gimignano, na Itália, eram caracterizadas pelas suas torres, que, apesar de não serem tão altas como as construções modernas, já mostravam uma tentativa inicial de verticalização.

A verdadeira mudança na construção em altura surgiu com a Revolução Industrial, impulsionada pelos avanços na engenharia e na tecnologia de materiais. Com a introdução do aço e do betão armado, foi possível construir estruturas muito mais altas e estáveis. O Home Insurance Building, em Chicago, concluído em 1885, é considerado o primeiro arranha-céus do mundo, com uma altura de 42 metros e 10 andares. O século XX testemunhou a proliferação de arranha-céus, especialmente em cidades como Nova Iorque e Chicago. O Empire State Building, inaugurado em 1931, com 381 metros e 102 andares, permaneceu o edifício mais alto do mundo por mais de 40 anos, simbolizando o poder económico e o desenvolvimento urbano dos Estados Unidos. Estes edifícios altos tornaram-se ícones da arquitetura moderna, transformando as paisagens urbanas e redefinindo o que era possível em termos de construção.

A obra *La Charte d'Athènes*¹⁴, de Le Corbusier (1933), é fundamental para compreender a construção em altura. Le Corbusier defende o uso de torres rodeadas por vastos espaços verdes, promovendo a criação de cidades mais saudáveis e eficientes. A sua visão de «cidade funcional» propunha a separação de funções urbanas (habitação, trabalho, lazer e circulação) e a implementação de edifícios altos para resolver problemas como a superlotação e a falta de luz e ventilação nas áreas urbanas densamente povoadas. A ideia de um corredor verde horizontal entre torres verticais continua a ser uma referência no urbanismo contemporâneo,

¹⁴ LE CORBUSIER — *La Charte d'Athènes*. Paris: Seuil, 1971. ISBN: 9782020006002.

especialmente em cidades com forte crescimento populacional.

No livro seu livro seminal *Space, Time and Architecture*¹⁵, Siegfried Giedion argumenta que a construção em altura representa uma ruptura com as tradições arquitetônicas anteriores, propondo a libertação do solo e a criação de novas oportunidades para as cidades. Giedion defende que a verticalização, não é apenas uma resposta técnica à falta de espaço, mas também uma oportunidade de reorganizar a vida urbana de forma mais eficiente e sustentável.. Para ele, os edifícios altos podem resolver problemas de mobilidade e interação social, desde que integrados num planeamento urbano coerente.

Siegfried Giedion, no livro «*Mechanization Takes Command* (1948)¹⁶, e Reyner Banham, em *Theory and Design in the First Machine Age* (1960)¹⁷», argumentaram que os avanços tecnológicos e a industrialização trouxeram um novo conjunto de possibilidades para a arquitetura, onde a eficiência e a funcionalidade se tornaram princípios fundamentais. A introdução de técnicas de construção inovadoras e o uso de materiais como o aço e o betão permitiram o desenvolvimento de estruturas verticais mais altas e mais eficientes.

No seu livro *The Architecture of the Well-Tempered Environment* (1969)¹⁸, Banham oferece uma perspectiva inovadora sobre a importância dos sistemas de controlo ambiental na construção em altura. Argumenta que os edifícios altos não podem ser avaliados apenas pela sua estética ou pela sua forma, mas também pela capacidade de criar ambientes confortáveis e sustentáveis.. Banham explora a utilização de tecnologias avançadas em edifícios verticais como meio para melhorar significativamente o conforto daqueles que os habitam, ao mesmo tempo que promovendo uma utilização mais sustentável dos recursos urbanos.

Arquitetos como Kenzo Tange e o grupo Archigram apresentaram propostas visionárias de acordo com os princípios de densificação vertical e libertação horizontal. Estas obras ilustram como a construção em altura pode ser utilizada para criar ambientes urbanos mais eficientes, permitindo a concentração de atividades humanas e infraestruturas num espaço reduzido.

¹⁵ GIEDION, Sigfried – *Space, Time and Architecture*. Cambridge, Harvard University Press, 1959. (Edición en castellano: *Espacio, Tiempo y Arquitectura*, Editorial Científico-Médica, Barcelona, 1961). ISBN: 9780674030473

¹⁶ GIEDION, Sigfried — *Mechanization Takes Command*. Oxford, Oxford University Press, 1948. (Edición en castellano: *La mecanización toma el mundo*, Gustavo Gili, Barcelona, 1978). ISBN: 9780816690435

¹⁷ BANHAM, Reyner — *Theory and Design in the First Machine Age*. Architectural Press, Londres, 1960. (Edición en castellano: *Teoría y diseño arquitectónico en la era de la máquina*, Nueva Visión, Buenos Aires, 1975). ISBN: 9780262520584

¹⁸ BANHAM, Reyner — *The Architecture of the Well-Tempered Environment*. Londres, The Architectural Press, 1969. ISBN: 9780226036984

No entanto, o rápido crescimento da verticalização nas cidades trouxe desafios. Um deles foi o impacto na identidade das cidades, que, em muitos casos, sofreram uma perda da coesão histórica e cultural. Este fenómeno é abordado no livro *Collage City* (1978)¹⁹, de Colin Rowe e Fred Koetter, que critica as abordagens modernas da cidade. A obra defende a coexistência de diferentes estilos arquitetónicos, onde elementos históricos e modernos se entrelaçam de forma harmoniosa. Ao contrário da abordagem modernista de criar cidades de raiz e homogêneas, Rowe e Koetter sublinham a importância da diversidade e da continuidade histórica nas cidades contemporâneas.

Lisboa, por sua vez, é uma cidade reconhecida pela sua singularidade em vários aspetos. Historicamente, a capital portuguesa tem sido caracterizada por uma paisagem urbana horizontal, sem edifícios altos. Essa configuração resulta de uma série de fatores históricos e culturais que influenciaram o desenvolvimento urbano da cidade ao longo dos séculos.

A topografia acidentada de Lisboa, marcada por colinas e vales, e o devastador terramoto de 1755²⁰ moldaram profundamente a forma como a cidade foi reconstruída²¹. Após o terramoto, a reconstrução da cidade foi feita de acordo com o plano pombalino. O Plano Pombalino era funcional, resistente a sismos e refletia um modelo urbano moderno, com ruas largas e edifícios padronizados de 3 a 4 pisos. Estes edifícios multifuncionais destinavam os andares térreos ao comércio e os pisos superiores à habitação, estabelecendo um equilíbrio entre as diferentes funções urbanas. Este modelo foi implementado com sucesso na Baixa Pombalina, sendo um dos primeiros exemplos de construção anti-sísmica no mundo. Desde então, Lisboa adotou uma abordagem mais horizontal do que vertical.

Nos últimos anos, a construção em altura tem sido um tema debatido e controverso em Lisboa, particularmente em projetos como o das Torres de Alcântara, concebido por Álvaro Siza Vieira, em colaboração com Carlos Castanheira e Luís Mendes, em 2003. Este projecto visava transformar a área da antiga fábrica da Sidul em Alcântara, criando uma «Nova Alcântara»²², dominada por três torres com mais de 100 metros de altura e 35 pisos.

¹⁹ ROWE, Colin; KOETTER, Fred — *Collage City* (1978). 1.ª ed. Massachusetts: MIT Press, 1984. ISBN: 978-0262680424

²⁰ O terramoto de 1755 em Lisboa foi um marco histórico que afetou não apenas a cidade, mas também as correntes de pensamento europeias da época.

²¹ Plano Pombalino utilizado para a rápida reconstrução da cidade de Lisboa a seguir ao terramoto, uma cidade que seria mais resistente a possíveis eventos futuros.

²² Projeto desenvolvido para requalificação da zona industrial de Alcântara, em 2003.

Mais do que introduzir uma nova identidade visual, a ideia principal deste projecto era libertar o solo para a criação de parques verdes e espaços públicos. As três torres, embora com a mesma altura, distinguiam-se pelas suas formas e cores distintas. O programa das torres incluía tanto habitações como escritórios, sendo complementadas por outros cinco edifícios de menor escala, adequados à envolvente, além da recuperação de um edifício em ruínas, destinado a uso público.

No entanto, a proposta encontrou forte oposição pública devido à altura das torres, considerada excessiva para a zona. Álvaro Siza argumentou que as torres não seriam desproporcionadas no sítio, pois complementaríamos visualmente os pilares da ponte 25 de Abril, já presentes no local. A comparação permitia demonstrar que a verticalidade proposta era uma extensão natural do ambiente urbano existente.

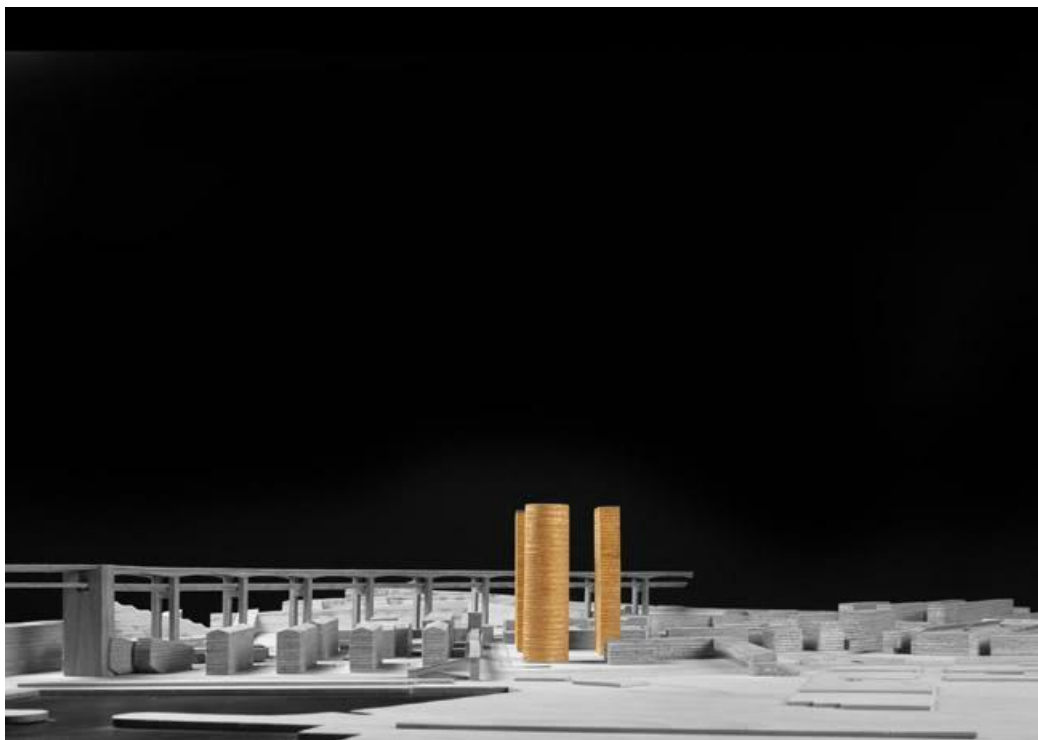


Figura 3 — Fotografia da maquete do projeto Nova Alcantara do Arq. Álvaro Siza Vieira, 2003.



Figura 4 — Fotografia da maquete do projeto Nova Alcântara do Arq. Álvaro Siza Vieira, 2003.

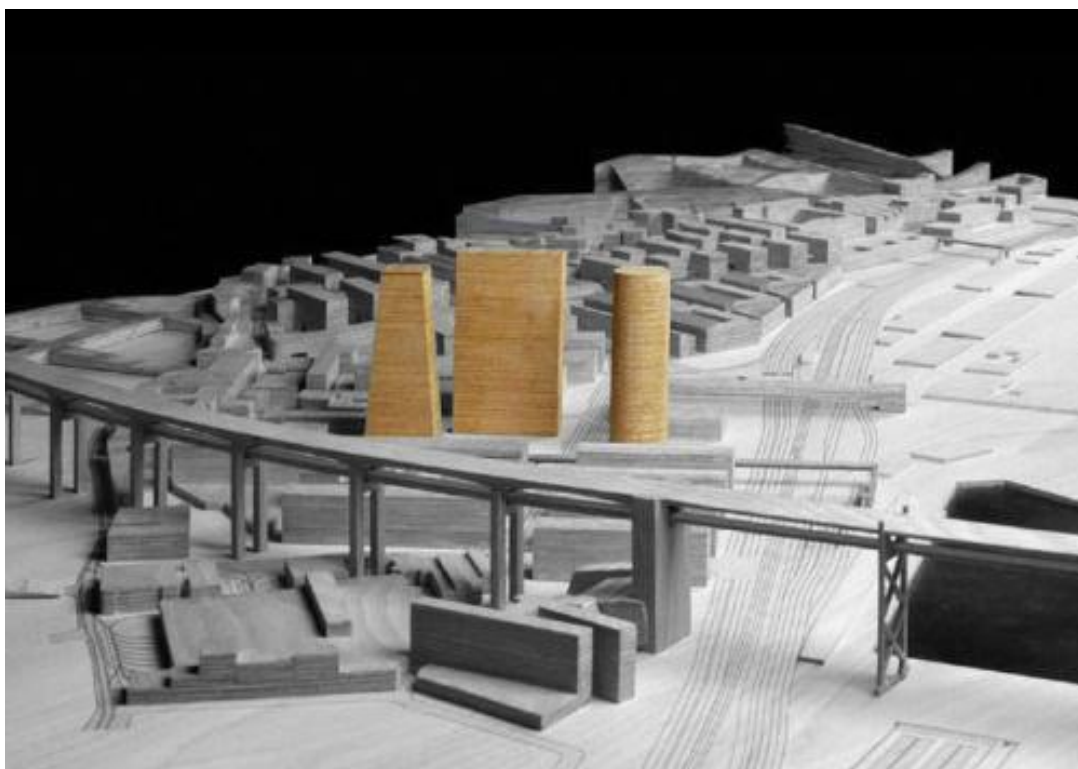


Figura 5 — Fotografia da maquete do projeto Nova Alcântara do Arq. Álvaro Siza Vieira, 2003.

Apesar das justificações apresentadas, o projeto foi reprovado em 2004. Apesar disso, as Torres Mutantes continuam a ser frequentemente mencionadas como referência no debate

sobre construção em altura em Lisboa, particularmente pela ideia de libertação do solo para fins públicos, algo raramente presente em projetos de grande escala.

Em contraste, no mesmo ano, Mário Sua Kay apresentou uma proposta alternativa para a mesma área. A sua proposta consistia em dois edifícios residenciais e quatro de escritórios, com alturas significativamente mais baixas (8 e 6 pisos, respectivamente). Embora a proposta de Sua Kay respeitasse os limites de altura permitidos, ocupava quase todo o terreno, oferecendo pouco espaço público. Álvaro Siza criticou abertamente esta proposta, descrevendo-a descrevendo-a como resultando numa ocupação muito densa e numa perda de qualidade urbanística.²³

Outro exemplo relevante de construção em altura em Lisboa é a Torre Picoas [Fig. 6], situada na Avenida Fontes Pereira de Melo, também conhecida como FPM 41²⁴. Este projecto, desenvolvido pelo atelier Barbas Lopes, liderado por Patrícia Barbas e Diogo Seixas Lopes, foi concretizado em 2015, após um concurso privado pro um promotor imobiliário, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa.²⁵ A proposta vencedora partiu da construção de um elemento vertical que fosse «intemporal, claro e suficientemente flexível para responder a qualquer eventualidade» segundo a arquiteta.

A torre, com cerca de 60 metros de altura e 17 pisos, destaca-se pela sua simplicidade formal e flexibilidade funcional, servindo como um marco no centro empresarial de Lisboa.

A Torre de Picoas estabelece um diálogo direto com outros edifícios altos da área, como o Hotel Sheraton, desenhado pelo arquiteto Fernando Silva e concluído em 1972. Com quase 100 metros e 30 pisos, o Sheraton foi, durante muitos anos, o edifício mais alto de Portugal e é muitas vezes referido como «a oitava colina de Lisboa». A maior motivação para a execução deste projeto foi o crescimento turístico que Lisboa encarava na altura e a escolha de uma marca reconhecida globalmente, o que trouxe credibilidade ao projeto. A sua construção não esteve isenta de críticas, numa cidade de edifícios baixos apontava-se que a sua arquitetura não se integrava bem com os estilos tradicionais da cidade e a falta de áreas externas, ao redor da torre. Contudo, numa época em que não existia ainda o Plano Diretor Municipal, bem como as normativas actualmente em vigor, a sua resistência foi facilmente superada.

²³ SIZA, Álvaro — Siza Vieira propõe torres mutantes para Alcântara. Lisboa: Público, 31 Outubro 2003.

²⁴ FPM 41 — Torre Fontes Pereira de Melo.

²⁵ CML — Câmara Municipal de Lisboa.

A construção da Torre de Picoas não esteve isenta de críticas, especialmente devido a normativas que estavam suspensas durante a sua execução.²⁶ A nova «Praça Picoas» surgiu de um compromisso com a Câmara de Lisboa, que permitiu que o edifício tivesse mais pisos se, em troca, em frente à Maternidade Dr. Alfredo da Costa, fosse executado um jardim. Esta concessão trouxe polémica mas, como afirmou a arquiteta, a polémica foi ultrapassada e que o edifício tornou-se «um facto consumado». O projeto foi sempre defendido pela arquiteta como um exemplo de como as mudanças urbanas nem sempre implicam uma descaracterização da cidade: «Um edifício em altura não é um bicho de sete cabeças».²⁷ A torre integra-se, afinal, no tecido urbano envolvente, libertando espaço ao nível do solo para a criação de um jardim público, apesar de ser um edifício privado. Este jardim permite que a torre tenha uma projeção pública, servindo tanto os ocupantes do edifício como os residentes e visitantes da zona.



Figura 6 — Torre de Picoas, 2023.

Mais recentemente, em 2017, o atelier Bak Gordon apresentou uma proposta para a reabilitação do Quarteirão da Portugália, na Avenida Almirante Reis. Embora não tenha vencido o concurso, o projeto de Ricardo Bak Gordon é amplamente reconhecido pela sua abordagem inovadora ao espaço público e pela adaptação ao terreno. A proposta incluía três torres com diferentes alturas, combinando habitação, comércio, escritórios e residências

²⁶ Regime de suspensão de normativas durante o mandato de Manuel Salgado como vereador do urbanismo da CML, que permitiam a construção de projetos de grande escala.

²⁷ BARBAS, Patrícia — Um edifício em altura não é um bicho de sete cabeças. Lisboa: Público, 30 Novembro 2018.

estudantis e seniores. A intervenção estabelecia uma nova relação com o quarteirão, criando um eixo verde que atravessava todo o terreno e melhorava a qualidade do espaço urbano circundante.

As torres eram distribuídas de forma a respeitar as pré-existências, como a Cervejaria Portugália e a antiga fábrica, transformando completamente o espaço público e resolvendo as diferenças de cota. Composto por três elementos verticais, dois com a mesma altura e o último ligeiramente mais alto [Fig. 7], juntamente com a pré-existência, que são a cervejaria Portugália e a antiga fábrica, este projecto redefine o quarteirão.



Figura 7 — Proposta de Torres para o quarteirão da Portugália, 2017.

As torres são implementadas de forma a criar uma relação nova com a cidade e são divididas em duas alturas. A primeira tem uma ligação direta com as várias praças que rodeiam o quarteirão e, ao mesmo tempo, comunica com os edifícios envolventes. A segunda funciona como um miradouro, permitindo o estabelecimento de uma relação visual com os vários pontos da cidade.

A proposta comportava diversos programas, como habitação, comércio, escritórios, estacionamento e um espaço multiusos de âmbito cultural. No encontro entre a rua Pascoal de Melo e a rua António Pedro está localizada a torre exclusiva para habitação, perto da cervejaria Portugália. Do lado oposto do terreno, a maior torre, composta por comércio e escritórios. E ao centro do quarteirão localiza-se a torre que, pelo seu programa, residência de estudantes e residência sénior, marca a sua condição inter-geracional. As torres são ligadas por um jardim longitudinal, que atravessa todo o conjunto.

Este projeto reflete os princípios que devem estar presentes na construção em altura, que é o da libertação do solo para a criação de um espaço aberto a qualquer atividade e que pertença a todos [Fig. 8].



Figura 8 — Proposta de praça para o quartiere de Portugália, 2017.

III. Conversa com Ricardo Bak Gordon

«A construção em altura como uma possibilidade para a libertação do solo»

Uma conversa com Ricardo Bak Gordon

Da/UAL | 29/05/2024

Ricardo Bak Gordon concluiu a sua formação em arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em 1990, tendo passado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e pelo Politécnico de Milão. Atualmente, é professor na Universidade Autónoma de Lisboa, tendo um percurso académico notável, com passagem pela Escola Superior Artística do Porto, pela Universidade Lusíada de Lisboa, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, pela Graduate School of Design, em Harvard, pela Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona e pela Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Navarra. Ao longo da sua carreira, Bak Gordon desenvolveu diversos projetos, com programas residenciais, comerciais, culturais e educativos. Destaca-se no contexto desta dissertação, em particular, o projeto que realizou no âmbito do concurso para a Reabilitação do Quarteirão da Portugália. Este projecto, apesar de não ter vencido o concurso, suscitou um debate relevante sobre a construção em altura. A proposta de Bak Gordon explora as potencialidades desta abordagem como uma alternativa sustentável à ocupação extensiva do solo, abrindo caminho para uma reflexão aprofundada sobre novas formas de densificação urbana que respeitem o equilíbrio entre construção e espaço público, contribuindo para um debate mais amplo sobre o futuro das cidades e o papel da arquitetura na formação de comunidades urbanas coesas.



Figura 9 — Entrevista com Ricardo Bak Gordon, Maio de 2024.

Eufigénio Sacaximbi (ES) — Os espaços não construídos desempenham um papel fundamental na definição da identidade urbana e na qualidade de vida nas cidades, quer se

tratem de espaços expectantes — áreas abandonadas, terrenos baldios, espaços públicos subutilizados — ou espaços desenhados — como jardins e parques. Começar por reconhecer a sua importância é o início de uma possível transformação. Como podemos integrar estes espaços, melhorando a qualidade de vida e promovendo uma transformação positiva das cidades?

Ricardo Bak Gordon (RBG) — Construimos cidades para reunir pessoas e promover a sua convivência de um modo consistente. Para isso, é necessário que a cidade tenha uma certa densidade. Mas também é verdade que os espaços vazios, aqueles a que chamamos «common ground», são fundamentais. Refiro-me aos espaços onde nos podemos encontrar, ao espaço onde «nos podemos confrontar com a imprevisibilidade da vida», como dizia o arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Esses espaços, que não precisam de uma função específica, são essenciais para a congregação dos cidadãos urbanos. Esses espaços vão desde espaços desenhados especificamente para esse fim, até aqueles que, por uma razão histórica (de sobreposição de tempos, de cadastros, de elementos administrativos que gerem o espaço público da cidade), surgem de um modo espontâneo. Nesse contexto, cabe-nos a nós, que reflectimos sobre a transformação do espaço urbano, inicialmente identificar e, posteriormente, potencializar as virtudes de cada um desses lugares.

ES — Com o aumento da população e a expansão das áreas construídas, Lisboa tem vivenciado uma redução das áreas verdes, afectando negativamente a qualidade de vida dos seus habitantes. De que forma a construção em altura poderia contribuir para a preservação de espaços verdes na cidade?

RBG — Em Lisboa, como em muitas cidades, as normas urbanísticas definem índices de construção e ocupação estreitamente vinculados às alturas dos edifícios, o que é um erro. Não tenho nada contra edifícios verticais ou horizontais. Sempre transmiti aos meus alunos que ao chegarmos a um lugar, devemos considerar o eixo vertical que se estende do infinito negativo ao infinito positivo. Em contextos específicos, a construção em altura pode de facto ajudar a complementar e expandir os espaços verdes. A mesma área construída pode ser utilizada de maneira diferente da expectável, libertando o solo para usos públicos. No entanto, essa abordagem requer uma sensibilidade e atenção excepcionais por parte dos projectistas; é um tema delicado. Precisamos de um olhar crítico sobre a verticalização, que apoie também a criação de espaços comuns, «common ground», indispensáveis para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

ES — A hipótese da construção em altura, de modo a libertar o solo e criar espaços públicos, foi uma estratégia central na proposta de reabilitação do Quarteirão da Portugália. Pode-nos falar um pouco mais sobre a génese desta hipótese?

RBG — A génese desta hipótese surgiu a partir de um concurso privado promovido pelo proprietário do lote da Portugália, que propunha um esquema multifuncional que incluía habitação, residências sénior, alojamentos para estudantes e espaços comerciais. O concurso já contava com um índice de construção aprovado e todas as propostas deveriam respeitar as limitações impostas pelo Plano Diretor Municipal (PDM) para aquela localização, o que levaria a uma densidade construtiva considerável. Esse contexto evidenciava um conflito entre a necessidade de densificação e a ambição de oferecer áreas verdes e espaços públicos para o uso comunitário. No dia em que fui confrontado com o enunciado do concurso, apesar da improbabilidade de o vencer, senti que a minha obrigação era participar. Ao considerar a topografia específica do lugar, que se caracteriza por uma linha de vale com inclinações acentuadas tanto a montante como a jusante, propus uma abordagem com dois níveis de construção: o primeiro nível alinha-se com a cota média das construções existentes, assegurando uma integração visual com o entorno imediato; o segundo, mais elevado, foi pensado para funcionar como um miradouro, proporcionando vistas panorâmicas da cidade e espaços exteriores de lazer. Esta estratégia cumpre rigorosamente as exigências de área construída do concurso, mas cria também uma sequência de espaços exteriores, cada um com características distintas. Uma análise da planta de implantação do projeto e da extensão da Av. Almirante Reis revela imediatamente que os jardins, espaços públicos e praças propostos beneficiariam não só os futuros utilizadores do quarteirão, mas também a comunidade numa escala muito mais ampla, numa zona que carece de espaços abertos que facilitem o encontro e a interação social. O projecto visava, portanto, explorar a possibilidade de libertar o solo para criar «common ground» onde é mais necessário. Esse concurso teve algum impacto, mas precisamos de mais iniciativas como essa.

ES — A proposta de construção em altura no projecto do Quarteirão da Portugália enfrentou uma forte contestação pública. Quais os factores que julga que possam ter estado na origem dessa resistência contra os elementos verticais propostos no concurso?

RBG — Refleti bastante sobre o projeto vencedor e cheguei à conclusão que não aborda de forma adequada o problema em questão. Embora o projeto responda ao programa do concurso, nomeadamente à questão altimétrica, destaca-se apenas em aspectos já implícitos

no programa. Ora para se construir um debate substancial sobre questões urbanas, é necessário apresentar ideias que sejam claras, precisas e, idealmente, provocativas. Essas ideias devem ser facilmente compreensíveis para o público em geral, que muitas vezes não possui a mesma percepção sobre as cidades e o território que nós, profissionais, temos. Um projeto que simplesmente atende à média altimétrica solicitada e incorpora alguns elementos verticais, pode não ser percebido pela comunidade como algo realmente diferente e vantajoso em alguma medida. Falha, portanto, ao não promover o debate de maneira eficaz. O projeto que propus, embora não fosse facilmente aprovado devido à falta de suporte político e administrativo, era claro na questão central, ao incluir três elementos verticais, mas assegurando, ao mesmo tempo, um conjunto de espaços públicos, para a comunidade, permitindo que as pessoas vissem os diferentes programas propostos e reconheçam o valor desses espaços. Isso poderia convencê-las de que, se a existência de três torres é o preço a pagar, valeria a pena.

ES — Como avalia o impacto da construção em altura em projectos como a Torre Picoas na Avenida Fontes Pereira de Melo, projectada pelo atelier Barbas Lopes, e o projecto Alcântara XXI em Alcântara, de Álvaro Siza?

RBG — São dois casos distintos, mas ambos exemplares. Os dois abordam uma reflexão sobre as virtudes da possibilidade da construção em altura, mesmo quando esta contraria a legislação. As torres projetadas por Álvaro Siza em Alcântara refletem princípios que mais tarde apliquei no meu projeto para a reabilitação do Quarteirão da Portugália na Avenida Almirante Reis. Considero a ponte sobre o Tejo como uma das estruturas mais extraordinárias de Lisboa nos últimos 100 anos, marcando um dos momentos mais emblemáticos da cidade. Este projecto mostra como um elemento aparentemente microcirúrgico pode ser tão transformador, preciso, matemático e elegante, ao mesmo tempo que modifica profundamente o território, a paisagem e a vida das pessoas. Álvaro Siza destacou que é fácil construir um edifício com certas regras ao longo de uma grande extensão; o mais difícil é iniciá-lo e finalizá-lo. O que é admirável nas pontes é observarmos os seus remates, e os remates da Ponte 25 de Abril são magníficos. Ao chegar a Lisboa, encontramos o viaduto de Alcântara, uma verdadeira «auto-estrada no céu». O arquiteto Álvaro Siza reconheceu o abraço que essa «autoestrada no céu» forma sobre Alcântara, percebendo que ali se cria uma concha, definindo um lugar. Cada pilar dessa estrutura é, por si só, uma torre. Siza percebeu que esse abraço era a razão principal para que três edifícios com a mesma altura ficassem

completamente amparados por aquele arco do viaduto, libertando assim todo o espaço ao nível do chão para a criação de um imenso jardim. Este exemplo ilustra a nossa responsabilidade enquanto arquitectos de desafiar normas e promover debates públicos sobre as intervenções urbanas. A Torre de Picoas, outro exemplo significativo, mostra a acção de um político — Manuel Salgado — com uma visão clara sobre o espaço urbano (o que é raro no contexto da nossa disciplina). Construir um edifício de 20 andares em contraste com construções de menor altura nas proximidades tem um impacto substancial no perfil da cidade. Este edifício assume um papel protagonista no espaço público, diferente de um edifício de acompanhamento. Mas Patrícia Barbas e Diogo Seixas Lopes não apenas procuraram desenvolver um edifício vertical de acordo com uma cêrcea autorizada, mas também integrar e valorizar o espaço público em seu redor. Construir cidade implica que os promotores tenham uma consciência crítica da importância de acrescentar valor ao espaço urbano, indo além do simples valor do metro quadrado. Situado num contexto urbano denso e próximo a edifícios históricos como a Maternidade Alfredo da Costa e a Torre Sheraton, o edifício de Picoas destaca-se pela sua contribuição para o tecido urbano.

ES — Considerando o rápido crescimento populacional de Lisboa e a consequente escassez de habitação, parece-lhe que a construção em altura poderia surgir como uma alternativa viável e eficaz para atender a esta necessidade?

RBG — Um exemplo concreto é o projeto para 166 unidades habitacionais que estou a desenvolver em Chelas em colaboração com os arquitectos Inês Lobo e Ricardo Carvalho, no âmbito de um concurso promovido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Este projeto visa resolver o problema da escassez de habitação acessível para a classe média, oferecendo rendas controladas. Chelas apresenta uma topografia que se abre para o vale e o rio, e a nossa proposta procura aproveitar essa característica em vez de seguir o estudo de pré-implantação e pré-volumetria que propunha edifícios longilíneos. Optámos por propor seis edifícios verticais de sete andares cada, com plantas quadradas e sem distinção entre fachadas primárias ou secundárias, proporcionando vistas amplas e criando espaços vazios que valorizam a perspetiva visual sobre a envolvente. Este é um exemplo que demonstra que, mesmo dentro dos limites rígidos da legislação, conseguimos adotar uma solução que incorpora a ideia de verticalização. E se esses edifícios tivessem doze andares em vez de sete, funcionariam ainda melhor do ponto de vista urbano, respondendo a um número maior de necessidades habitacionais (com isso, quase duplicaríamos o número de habitações)

sem comprometer o impacto na cidade ou na qualidade dos próprios edifícios. Portanto, acredito firmemente que a questão da verticalização está em cima da mesa, requerendo uma revisão política do Plano Diretor Municipal (PDM), que frequentemente restringe a construção em altura.

ES — Considerando a crise habitacional em Lisboa e a transformação urbana em curso, parece-lhe viável a implementação de um regime de exceção que permita uma abordagem estratégica e flexível da construção em altura? Esse regime superaria alguns regulamentos possivelmente obsoletos para melhor adaptar os projetos às necessidades atuais e específicas de cada lugar?

RBG — Esta cidade tem um imenso potencial que precisa ser explorado. A legislação actual apresenta várias limitações que muitas vezes se mostram inflexíveis diante de situações específicas. Reconheço que é desafiante definir legislação urbanística adequada; a nossa legislação é bastante obsoleta e rígida. Um exemplo disso é o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), que exigia conformidade estrita, especialmente ao realizar alterações em tecidos urbanos densos e em parcelas reduzidas, como sucede em Alfama e na Mouraria. Durante a gestão de Manuel Salgado na câmara municipal, foi entendido que para uma reabilitação urbana eficaz, seria necessário suspender algumas normativas. Esse período de suspensão possibilitou melhorias significativas em bairros históricos que, de outro modo, seriam inviáveis. Atualmente, já sem essa suspensão das normativas, enfrentamos novamente limitações consideráveis, o que evidencia a urgência de uma revisão abrangente da legislação urbanística. Venho de uma escola que partilha os mesmos princípios da instituição onde estamos a conversar. Sempre que somos confrontados com um desafio arquitetónico, consideramos uma série de ingredientes, sendo o lugar um dos componentes mais importantes. Não se pode abordar um problema arquitectónico sem considerar o contexto específico do local. O conceito de lugar é extremamente complexo, abrangendo aspectos físicos, históricos, sociais, políticos e administrativos. A minha resposta a esta pergunta é que não existe uma solução única para todos os casos; existe, sim, uma abordagem baseada em princípios. Numa cidade com dois mil anos de história, cada caso de verticalização deve ser criteriosamente analisado. Considerando o território da metrópole de Lisboa, é fundamental reconhecer que zonas como a Baixa Pombalina, o Castelo de São Jorge, Alfama, Mouraria, são lugares históricos que exigem um cuidado especial de preservação. No entanto, a importância de preservar esses bairros históricos não deve impedir a exploração do potencial

de outras áreas de Lisboa. Naturalmente, verticalizar áreas como Alfama ou a Baixa Pombalina é impensável. No entanto, Lisboa é vasta e, ao contrário dos tecidos urbanos protegidos, áreas como Alfragide, Almada, Barreiro e Montijo oferecem oportunidades significativas de densificação vertical. Ao observar a entrada do estuário por barco, podemos imaginar como a paisagem, que já acolheu a Torre de Belém há 500 anos, poderia hoje acolher construções em altura pontuais, sem comprometer a escala dos bairros históricos ou dos tecidos urbanos consolidados.

ES — Aproveito para lhe pedir que reflita sobre uma zona de Lisboa em particular: o Vale de Santo António, também conhecido como Vale Escuro, um grande vazio urbano em Lisboa com uma topografia bastante acentuada. De que modo é que esta área pode desempenhar um papel estrutural na cidade e no tecido urbano circundante? E de que modo é que a construção em altura poderia ser uma alternativa viável à sua ocupação em extensão?

RBG — Lisboa é caracterizada por uma topografia acidentada e uma rede de vales, que no passado abrigavam rios e ribeiras significativos. Este aspecto ainda influencia a cidade actual. À medida que a cidade se expande para leste, encontramos vales como o de Chelas e o de Santo António, que permanecem parcialmente desocupados, retendo vestígios do seu passado agrícola. O vale de Santo António, conhecido como Vale Escuro devido à sua profundidade, é um exemplo notável dessa topografia acentuada. Na sua cota mais elevada, encontramos a cidade consolidada. Para o futuro deste local, considero crucial preservar a maior parte do vale como um espaço vazio, destinado a um parque urbano, mantendo a continuidade em relação aos espaços verdes junto à margem do rio. No entanto, é igualmente importante estabelecer um remate adequado na cota elevada, que atualmente carece de uma definição clara. Assim sendo, o trabalho de delimitação na cota alta e a transição entre a cidade construída e o espaço não edificado representam momentos cruciais para criar uma interface onde a verticalização poderia ser considerada de forma pontual. Um exemplo interessante neste vale é uma pedreira desativada, que oferece uma plataforma ideal para reutilização. Portanto, não apenas vejo a possibilidade, mas também a necessidade de verticalizar. A construção deve ser um símbolo da capacidade dos habitantes da cidade de continuar a erguê-la com dignidade e orgulho. A ideia de que podemos criar obras que se tornam referências e das quais nos orgulhamos é, a meu ver, um ponto crucial nesta discussão.

ES — Em Portugal, há um preconceito sistémico contra a construção em altura, enraizado na história e na cultura urbana do país. Esse receio não só reflete o medo de catástrofes naturais,

mas também a preocupação com a possível descaracterização das cidades. Em Lisboa, por exemplo, foram realizados poucos projetos de construção em altura, devido a estas barreiras. Como poderemos superar este preconceito sistémico e explorar as vantagens da construção em altura para responder aos desafios urbanos contemporâneos?

RBG — Em primeiro lugar, é essencial continuar a fazer exatamente o que estamos a fazer aqui: promover o debate nas universidades. A transformação urbana não pode ser promovida apenas pelos políticos; é essencial que arquitetos e membros da academia (professores e alunos) divulguem as suas ideias, explicando os benefícios dessas intervenções e oferecendo novas perspectivas sobre a utilização do espaço urbano. É importante lembrar que os grandes movimentos revolucionários tiveram origem precisamente em ambientes académicos. Assim, esta reflexão pode influenciar aqueles que estão em posição de modificar as normas que, até hoje, têm limitado a construção em altura. É, de facto, necessário evitar as ocupações massivas que se espalham pelo território, comprometendo a qualidade dos espaços vazios, que poderiam ser melhor aproveitados e devolvidos às comunidades.

IV. A necessidade da criação de um sistema de parques verdes

Nos últimos anos, Lisboa tem registado um crescimento populacional significativo. A cidade tornou-se um destino atractivo para viver, trabalhar e investir. Contudo, a infraestrutura urbana tem demonstrado lacunas no acompanhamento desta crescente procura, demonstrando não estar devidamente preparada para este desafio, resultando em consequências como a degradação ambiental e a perda de qualidade de vida dos seus residentes. Compreender a relevância e a importância dos espaços verdes é fundamental não apenas para garantir a qualidade de vida, mas também para promover a sustentabilidade ambiental no meio urbano.

Um dos fenómenos ambientais que Lisboa enfrenta de forma acentuada é o efeito de ilha de calor urbano. Este fenómeno ocorre quando as temperaturas nas áreas urbanas são significativamente mais elevadas do que nas zonas rurais circundantes, devido à elevada concentração de edifícios e infraestruturas que retêm calor. A criação de espaços verdes, como parques e jardins, é uma solução eficaz para mitigar este problema, uma vez que ajudam a arrefecer o ar e a reduzir as temperaturas urbanas. Além disso, os espaços verdes contribuem para a absorção e filtragem da água da chuva, reduzindo o risco de inundações e promovendo um equilíbrio ambiental mais sustentável.

Apesar de a criação de espaços verdes em Lisboa ser um tema cada vez mais debatido, ainda não se coloca como uma prioridade absoluta no planeamento urbano. A pressão para construir novos edifícios sobrepõe-se frequentemente à necessidade de espaços abertos, o que compromete a qualidade ambiental da cidade. Como refere João Gomes da Silva, «a ocupação desses vales secundários poderá vir a construir uma nova estrutura verde, o que por Francisco Caldeira Cabral foi chamada de ligação entre o contínuo edificado e o contínuo natural [...] Este é o grande desafio, é pensar como esses espaços poderão recentrar essa relação entre a cidade edificada e a cidade natural».²⁸ [Fig 9]

²⁸ SILVA, João Gomes da — Exposição Habitar Lisboa. Lisboa, 2023.



Figura 10 — Ortofoto de Lisboa, 2024.

Um exemplo emblemático a nível internacional, que evidencia o impacto de um grande parque verde no coração de uma cidade, é o Central Park, em Nova Iorque [Fig. 11]. Construído no século XIX, o parque foi criado como resposta aos problemas decorrentes do crescimento populacional desordenado e para promover a saúde e bem-estar dos residentes. Com aproximadamente 341 hectares, o Central Park continua a desempenhar um papel vital como «pulmão» da cidade.



Figura 11 — Central Park imagem aérea, 1929.

Na época da sua construção, Nova Iorque estava a passar por um rápido aumento populacional, especialmente devido à chegada de imigrantes. Os edifícios cortiços²⁹ onde viviam inúmeras famílias em regime de sobrelotação e em ambientes degradados, facilitavam a propagação de doenças infecciosas. A falta de parques verdes contribuía para uma sensação generalizada de confinamento, intensificando as tensões sociais e afectando negativamente o bem-estar da população. Em resposta às condições precárias de ventilação, iluminação e higiene em muitos bairros densamente povoados, os líderes da cidade procuraram criar um grande espaço verde para proporcionar aos habitantes uma melhor qualidade de vida. Com uma área de aproximadamente 341 hectares, o Central Park continua a desempenhar um papel vital como o «pulmão» da cidade.

Este projeto inspirou-se no Birkenhead Park³⁰, em Inglaterra, considerado o primeiro parque público do mundo, construído cerca de dez anos antes. Ambos os parques seguiram o princípio de que os espaços verdes deveriam ser acessíveis a todos os cidadãos, independentemente da sua classe social, género ou etnia. Esta filosofia tem superado a prova do tempo, demonstrando o impacto positivo que um espaço verde pode ter na saúde pública e no bem-estar das gerações futuras, ao mesmo tempo em que é um activo contra os efeitos negativos da industrialização.

Ao longo da história, a arquitetura tem sido uma actividade sobretudo de edificação, muitas

²⁹ Tipologia de habitação comum em grandes cidades. Refletem desigualdades sociais e são associados a problemas de sobrelotação.

³⁰ LEE, Robert — Birkenhead Park: The People's Garden and an English Masterpiece. Liverpool: Liverpool University Press, 2024. ISBN: 9781802074819.

vezes relegando os espaços vazios a um papel secundário. Gonçalo Ribeiro Telles, por sua vez, destacou-se por defender a integração da natureza nos espaços urbanos, promovendo o equilíbrio entre edificação e espaços verdes.

Para Ribeiro Telles, a sustentabilidade era o ponto central do planeamento urbano, propondo soluções que respeitassem os ecossistemas naturais e maximizassem o uso responsável dos recursos. Para ele, os espaços públicos deveriam ser acessíveis e inclusivos, servindo como lugares de encontro e convivência para todos os cidadãos. A sua visão era a de um urbanismo democrático, que criasse cidades mais verdes, justas e equilibradas.

Ribeiro Telles acreditava que os espaços públicos deveriam reflectir a história, a cultura e as características naturais de cada lugar, fortalecendo o sentido de identidade e comunidade. Considerava a paisagem urbana como um «organismo vivo», onde todos os elementos interagem e se influenciam mutuamente, promovendo um equilíbrio entre o homem e a natureza: «O homem desempenha na modelação da paisagem um papel muito importante; pode ser considerado, neste aspecto, como um autêntico criador de beleza. Toda a atividade humana tem como fim a satisfação das suas necessidades, quer espirituais, quer materiais [...] A paisagem terá de ser considerada como um todo orgânico e biológico em que cada elemento  interdependente, influenciando e sofrendo da presença dos restantes participantes. A reciprocidade é a lei fundamental da natureza».³¹

O desejo que Ribeiro Telles sempre teve e lutou para alcançar, o de existir um sistema contínuo, de áreas verdes na cidade, enfatizando a sua relevância, baseia-se em vários princípios que se adaptam a todo território, como descrito pelo Plano Diretor Municipal (PDM), com base no seu livro *O Plano Verde de Lisboa*, nomeadamente: «Continuum Naturale, um sistema contínuo (corredor) de ocorrências naturais que permitem o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas e a permanência do potencial genético (biodiversidade); Continuum Culturale, um sistema contínuo de espaços edificados e seus vazios; Genius Loci, os lugares para além do lugar físico, possuem valores simbólicos, históricos, telúricos, paisagísticos e ambientais que justificam que estes tenham um significado próprio na cidade e no território em geral; A polivalência dos espaços: Protecção, Produção e Recreio. A intensificação dos processos biológicos através da meandrização, elasticidade e biodiversidade; A capacidade e auto-regulação, auto-regeneração e auto-

³¹ TELLES, Gonçalo R. — Textos Escolhidos. 2^o edição. Lisboa, Argumentum, 2022. pp. 46-47. ISBN: 978-9898885203.

depuração dos recursos naturais como conceito básico da manutenção, perenidade e estabilidade das estruturas».³²

Contudo, a cidade de Lisboa tem apresentado resistência para a realização desta operação. Resistência esta que se baseia no contínuo crescimento populacional, considerado por Ribeiro Telles, desordenado. O que por consequência, mais áreas são ocupadas para edificação deixando poucos vazios urbanos, como o mesmo manifesta no seu livro *A Utopia e os Pés na Terra*.³³

Apesar de não serem suficientes, Lisboa apresenta uma variedade de parques verdes [Fig 12] que, embora em diferentes escalas, proporcionam diferentes experiências de lazer para os seus habitantes. Um dos exemplos mais relevantes é o Parque Florestal de Monsanto, um vasto pulmão verde que abrange cerca de 1000 hectares.



³² TELLES, Gonçalo R. — O Plano Verde de Lisboa. Lisboa: [Edições Calibri], 1997. ISBN: 9789728288747.

³³ TELLES, Gonçalo R. — A Utopia e os Pés na Terra. Lisboa: [Instituto Português de Museus], 2003. ISBN: 9789727761715.

Figura 12 — Parques e Corredores verdes da cidade de Lisboa, 2024.

Projectado por Francisco Keil do Amaral e inaugurado em 1938, durante o Estado Novo, o Parque de Monsanto foi concebido para colmatar a necessidade de áreas verdes numa cidade em rápida expansão. O plano original visava transformar uma área pouco desenvolvida numa vasta zona verde, repleta de trilhos e atividades ao ar livre, ao mesmo tempo que promovia a conservação ambiental. Ao longo dos anos, o Parque de Monsanto consolidou-se como uma parte essencial da vida de Lisboa, não apenas pelas suas qualidades recreativas, mas também pelo seu papel na mitigação dos efeitos negativos da urbanização, como o calor urbano e a poluição. A sua extensão e importância têm sido reconhecidas internacionalmente, sendo considerado um exemplo de como uma cidade pode integrar e promover, de forma harmoniosa, áreas naturais dentro de um ambiente urbano denso. O parque ilustra o valor dos espaços verdes nas cidades e reforça a necessidade de um equilíbrio entre áreas edificadas e não edificadas.

Embora o Parque de Monsanto seja um dos maiores parques urbanos da Europa, a sua acessibilidade a partir de várias zonas de Lisboa continua limitada. Deste modo, é fundamental a criação de parques de escala intermédia, que possam servir os residentes dessas áreas. Estes espaços adicionais seriam distribuídos pela cidade e conectando diferentes áreas, em direção a Monsanto.

A cidade de Lisboa conta com a presença de vários terrenos baldios, que poderiam ser reabilitados para a criação de novos parques. Este constitui um dos principais desafios urbanos, tal como destaca João Gomes da Silva: «O problema do presente é reinventar este sistema de espaços de média escala».³⁴

³⁴ SILVA, João Gomes da — Exposição Habitar Lisboa. Lisboa, 2023.

V. O Vale de Santo António como caso de estudo

A evolução morfológica do Vale de Santo António

Situado no sector oriental de Lisboa, o Vale de Santo António localiza-se entre as freguesias de São Vicente e Penha de França. Em tempos, este vale era predominantemente rural, com campos e vinhas que se estendiam ao longo das encostas e das colinas que o rodeavam. Ao longo dos séculos, com o crescimento da cidade, o vale foi-se progressivamente transformando de uma paisagem rural para uma paisagem urbana.

A história do vale está intimamente ligada a monumentos de carácter religioso, como o Convento de Santos-o-Novo, um dos marcos mais importantes da zona. Construído no século XVII para substituir o Convento de Santos-o-Velho, do século XIII, este novo convento tinha a intenção de ser uma estrutura grandiosa. Contudo, a sua construção nunca foi concluída, e com a extinção das ordens religiosas no início do século XIX, o convento passou por várias utilizações. Actualmente, o que resta do convento é uma igreja de uma única nave e um claustro de planta quadrada. Em torno do convento, existiam hortas e campos agrícolas, que posteriormente deram lugar à Avenida Mouzinho de Albuquerque [Fig 13].



Figura 13 — Planta dos subúrbios de Lisboa desde Santa Apolónia até à Quinta do Calado, 1807-1856.

O vale, também conhecido como Vale Escuro devido à sua forma acidentada, reflete a desigualdade do crescimento urbano da cidade. Durante mais de cem anos, apesar de vários projetos e tentativas de desenvolvimento, a maior parte deste território permaneceu

negligenciada devido às dificuldades inerentes à sua utilização. Entre o final do século XIX e o século XX, a ocupação deste espaço ocorreu de maneira esporádica e irregular, predominando edificações improvisadas e temporárias. No entanto, essas ocupações nunca solucionaram a questão topográfica do vale, e a falta de intervenção especializada contribuiu para que a área se tornasse fragmentada [Figuras 14, 15 e 16].



Figura 14 — Vale Escuro, vista norte. Mário de Oliveira, 1950.



Figura 15 — Vale Escuro, vista poente. Arnaldo Madureira, 1967.



Figura 16 — Vale Escuro, vista nascente. Arnaldo Madureira, 1967.

No decorrer do século XIX, o Vale de Santo António manteve-se rural [Fig 17], reflectindo a sua vocação agrícola, que sustentava as áreas circundantes. No entanto, nos últimos anos do século, o vale começou a espelhar as tensões e transformações que marcavam toda a cidade. Durante este período, surgiram construções importantes que continuam a definir a zona oriental da cidade até aos dias de hoje, como o Antigo Convento de Santa Clara, o Cemitério

do Alto de São João e o Palácio de Xabregas.

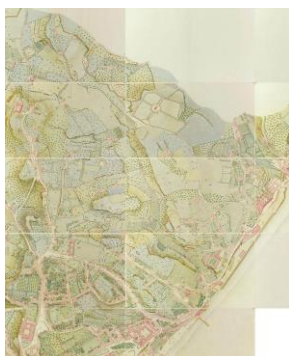


Figura 17 — Vale de Santo António, Cartografia, 1856.

No início do século XX, o Vale de Santo António ainda apresentava características predominantemente agrícolas, embora começasse a mostrar sinais de modernização. A presença do Quartel do Regimento de Transmissões Militares, na parte mais elevada do vale, perto da Avenida General Roçadas e da Rua dos Sapadores, tornou-se um marco urbano. Durante este período, começaram a delinear-se as primeiras soluções geométricas para os espaços urbanos desocupados [Fig 18], embora o Vale Escuro permanecesse intocado. Estas intervenções ocorreram de forma intermitente, condicionadas aos regimes que lideravam o país, nesta época, mas, de modo geral, mantiveram uma certa uniformidade até meados do século.



Figura 18 — Vale de Santo António, Cartografia, 1911.

Na década de 1950, a cartografia do Vale de Santo António já mostrava uma cidade mais consolidada [Fig. 19]. Foi nesta altura que o vale conheceu um acréscimo significativo de indústrias e vilas operárias, reflectindo o avanço da industrialização em Lisboa. Paralelamente, o vale começou a atrair habitações, destinadas a acolher o crescente número de trabalhadores, vindos de outras regiões em busca de emprego.



Figura 19 — Vale de Santo António, Cartografia, 1950.

Em 1970, Lisboa apresentava um cenário urbano muito mais desenvolvido, onde se tornava clara a distinção entre as zonas edificadas e os espaços ainda desocupados [Fig. 20]. Este período foi marcado por acontecimentos significativos, como a Revolução dos Cravos, os projetos de Habitação Social e o crescimento do Setor Comercial. O vale viu-se particularmente afectado pela transição do regime ditatorial para a democracia, com a construção das Torres do Alto da Eira para alojar a classe média e operária, substituindo as habitações precárias que anteriormente ocupavam o Vale Escuro.



Figura 20 — Vale de Santo António, Cartografia, 1970.

Com a chegada do século XXI, surgiram novas oportunidades para a requalificação do Vale de Santo António. O terreno continua completamente vazio, à espera de uma intervenção. O vazio urbano, situado entre a Avenida Mouzinho de Albuquerque e a Avenida General Roçadas, ocupa uma área de cerca de 20 hectares, dos 48 totais do Vale. A topografia do vale,

com altitudes que variam entre os 30 e 40 metros, cria dificuldades na vivência deste espaço, obrigando os habitantes a percorrer maiores distâncias à sua volta. Compreendendo as carências de Lisboa em termos de planeamento urbano, torna-se evidente que este vasto espaço vazio possui um imenso potencial a explorar tornando-se imperativa a sua rápida requalificação.

Desde 1970, o Vale de Santo António tem sido alvo de planos de urbanização. A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), em 1970, apresentou o primeiro plano. Um projeto para construção de 50 edifícios pequenos de habitação colectiva e mais 6 torres, no Vale [Fig. 21]. Embora este plano tenha se mostrado ser uma solução legítima para resolver um dos factores principais, que era a construção do maior número de habitações numa pequena área, não foi concluído na sua totalidade, resultado apenas a construção de duas torres. Em 2006 Sem qualquer alteração significativa e ainda sobre a coordenação da EPUL, dá-se início a um novo plano urbano «contemporâneo» [Fig.22], que só viria a ser concluído e aprovado em 2012 pela assembleia municipal, numa altura em que a EPUL já era extinta. Este plano passou por diversas fases e em 2017, com o lançamento do Programa Renda Acessível é feita uma revisão de todos os documentos anteriores. Entretanto, a revisão do plano não chegou a ser concluída no tempo válido (270 dias), até ser cancelado, em 2021. No ano passado, o plano voltou a ser reavaliado e aprovado pela CML, tirando proveito de todo o trabalho desenvolvido. Na última semana de Maio do corrente ano, foi finalmente aprovado em reunião da Câmara este plano que resolverá um dos grandes vazios urbanos em Lisboa.

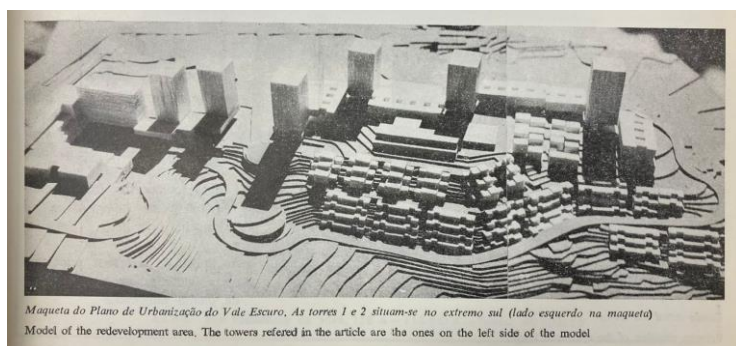


Figura 21 — Maquete do Plano de Urbanização do Vale Escuro, 1976.



Figura 22 — Proposta de Plano de Urbanização do Vale de Santo António, 2011.

A proposta, que envolve um investimento ambicioso de 750 milhões de euros, visa a construção de 2 400 novas habitações no Vale de Santo António. Para além dos edifícios habitacionais, o projecto inclui a criação de complexos coletivos, como uma escola, áreas desportivas, e um grande parque verde na parte central do vale [Fig. 23]. O financiamento será garantido pela Câmara Municipal de Lisboa, que espera obter fundos através do orçamento municipal, empréstimos bancários, e programas como o Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Esta abordagem está em consonância com o Plano de Urbanização do Vale de Santo António (PUVSA), que destaca a importância da criação de espaços verdes: «Mantém-se como elemento central do PUVSA a criação de um amplo espaço verde no Vale de Santo António para apoio a atividades de recreio e lazer da população que, tendo em consideração as suas características naturais e paisagísticas, contribua para o equilíbrio ecológico do meio urbano, promovendo a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais e tendo por objetivo uma gestão sustentável e integrada do território.»³⁵

³⁵ ANDRÉ, Mário Rui — Vale de Santo António: um território à espera de decisões e concretizações. Lisboa: LPP, 10 Outubro 2023.



Figura 23 — Projecto de Renda Acessível para o Vale de Santo António, imagem ilustrativa, 2023.

Já em 2011, Gonçalo Ribeiro Telles, uma das principais figuras da arquitectura paisagista portuguesa, apresentou uma proposta para o Vale de Santo António. O seu plano tinha como objetivo a criação de um parque urbano que integrasse harmoniosamente espaços verdes com a malha urbana circundante, promovendo a sustentabilidade ambiental e melhorando a qualidade de vida dos habitantes.

A proposta visava a renaturalização do vale, transformando-o num extenso corredor verde que ligaria a zona oriental de Lisboa ao centro da cidade. Este corredor incluiria áreas de lazer, zonas de cultivo e caminhos pedonais, ao mesmo tempo que funcionaria como um sistema de drenagem natural. Esta função seria essencial para controlar as águas pluviais e mitigar os riscos de inundações, uma problemática recorrente na área devido à sua topografia acentuada.

Uma das principais inovações do projeto de Ribeiro Telles era a recuperação das antigas linhas de água do vale, muitas das quais haviam sido canalizadas ou encobertas ao longo dos anos, devido ao crescimento urbano. A intenção era restaurar o ecossistema natural da região, promovendo a biodiversidade e criando um ambiente mais saudável e equilibrado para os residentes. Ao devolver ao vale a sua função natural de retenção e escoamento das águas, o projeto visava ainda reduzir a ocorrência de cheias e valorizar o património ambiental da cidade.

VI. Requalificação Urbana: Torres Residenciais e Parques Verdes

A hipótese enunciada nesta tese baseia-se num plano para transformação do Vale Escuro, de forma a mitigar as suas fragilidades urbanísticas e, simultaneamente, valorizar as potencialidades deste território negligenciado. O projeto reconhece a importância de um equilíbrio entre a necessidade de habitação e a preservação de espaços verdes, propondo uma abordagem integrada que harmoniza a construção em altura com a criação de áreas verdes significativas.

Numa fase inicial, o foco é a criação de um grande parque verde que ocupe o vazio urbano do vale, conferindo-lhe uma nova identidade paisagística e funcional. Este parque, essencial na proposta, responde à carência de espaços verdes nesta área de Lisboa, funcionando como um elemento de ligação natural. O parque garante acessibilidade entre as diferentes cotas do vale, variando desde os 30 metros na base até aos 70 metros no ponto mais elevado. O parque não só facilita a mobilidade pedonal, como também integra zonas de lazer e descanso, proporcionando um espaço público de usufruto de todos.

A proposta inclui a edificação de sete torres residenciais, distribuídas em diferentes níveis do vale e com alturas variáveis. As torres foram concebidas de modo a respeitar a morfologia do terreno, sendo posicionadas ao longo das plataformas que fazem a transição entre o parque natural e a área edificada. As alturas das torres variam em intervalos de 10 metros, sendo a mais baixa com 30 metros e a mais alta com 70 metros. A disposição das torres obedece a uma lógica de integração visual e funcional, oferecendo uma sensação de continuidade entre o edificado e o espaço natural.

Cada torre possui uma planta modular de 12 metros por 12 metros, o que lhes confere uma esbelteza formal que reduz o impacto visual no território. As torres foram desenhadas com um corpo central em betão, onde estão localizados os acessos verticais (elevadores e escadas), bem como as infraestruturas técnicas, incluindo a circulação de água proveniente das cisternas. Este núcleo estrutural funciona como elemento de suporte para um corpo mais leve, construído em aço, que define os espaços habitacionais. A opção por esta dualidade material, betão e aço, enfatiza a distinção entre o espaço funcional e o espaço habitacional, permitindo ainda uma maior flexibilidade na organização das tipologias residenciais.

As plataformas sobre as quais as torres se erguem não se limitam a sustentar as construções, desempenhando um papel fundamental na gestão de recursos hídricos. A base das plataformas

funciona como cisternas de grande capacidade, que recolhem e armazenam a água das chuvas. Este sistema é uma resposta às questões de sustentabilidade ambiental, sendo a água armazenada utilizada na irrigação do parque durante os meses mais secos, contribuindo para a autossuficiência do espaço verde e a mitigação do risco de cheias em períodos de precipitação intensa.

As torres foram posicionadas de forma estratégica, em pontos que garantem uma comunicação visual e funcional com a cidade envolvente. As torres mais altas (50, 60 e 70 metros) encontram-se nos pontos mais baixos do vale, enquanto as torres mais baixas (30 metros) estão situadas nas plataformas superiores, criando uma diferença de alturas que se adapta à topografia do local. A organização espacial das torres tem como objectivo criar um diálogo entre os elementos verticais e o parque verde central, valorizando o espaço público e promovendo uma continuidade visual entre o vale e a malha urbana adjacente.

A proposta contribui para os desafios abordados ao longo desta tese, oferecendo uma solução para a construção de habitação e a preservação de áreas verdes. Ao optar por um modelo de construção em altura, o projeto liberta uma grande quantidade de solo para a criação do parque, garantindo que o mesmo número de habitações que poderia ser alcançado com uma construção horizontal seja obtido com um impacto ambiental e visual reduzido.

A transformação do Vale Escuro, através da construção de torres residenciais e da criação de um grande parque verde, constitui uma oportunidade para redefinir a relação entre o edificado e o espaço público em Lisboa. A proposta equilibra a densidade habitacional com a preservação ambiental, oferecendo uma solução que pode ser replicada noutras áreas da cidade.

Bibliografia

ABREU, Iolanda S. P. Serrão de Almeida — *Infraestruturas Verdes e Composição Urbana: A Transformação de Monsanto/Campolide num Elemento Agregador da Cidade de Lisboa*. Lisboa, 2018. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

BANHAM, Reyner — *Megastructures. Urban Future of the Recent Past*. Londres: Thames and Hudson, 1976. (Edição em castelhano: *Arquitectura plurifuncional en el contexto urbano*. Barcelona: Gustavo Gili, 1985). ISBN: 9780500272053.

BANHAM, Reyner — *The Architecture of the Well-Tempered Environment*. Londres: The Architectural Press, 1969. ISBN: 9780226036984.

BANHAM, Reyner — *Theory and Design in the First Machine Age*. Londres: Architectural Press, 1960. (Edição em castelhano: *Teoría y diseño arquitectónico en la era de la máquina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975). ISBN: 9780262520584.

BARRELAS, Elsa — *Lisboa, Possibilidade Vertical*. Évora, 2012. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Universidade de Évora.

D E B B I O, Flora Del — *Paesaggi Agricoli Ritrovati: Vivere insieme lo spazio urbano a partire dal cibo | Il caso di Lisbona*. Lisboa, 2020. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa.

ESTEVES, Pedro Ferreira; RELVAS, Rafael Burd; MARTINS, Ruben — *Como está o Mais Habitação e o que lhe vai acontecer?* Lisboa: Público, 16 Abril 2024.

GIEDION, Sigfried — *Mechanization Takes Command*. Oxford: Oxford University Press, 1948. (Edição em castelhano: *La mecanización toma el mundo*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978). ISBN: 9780816690435.

GIEDION, Sigfried — *Space, Time and Architecture*. Cambridge: Harvard University Press, 1959. (Edição em castelhano: *Espacio, Tiempo y Arquitectura*. Barcelona: Editorial Científico-Médica, 1961). ISBN: 9780674030473.

LEAL, ANA — *AMAG PT : Portuguese Architecture Technical Magazine*. Matosinhos: AMAG editorial, Jun. 2023.

LE CORBUSIER — *La Charte d'Athènes*. Paris: Seuil, 1971. ISBN: 9782020006002.

LEE, Robert — *Birkenhead Park: The People's Garden and an English Masterpiece*. Liverpool: Liverpool University Press, 2024. ISBN: 9781802074819.

LOPES, Mónica T. Cerdeira — *Da Flexibilidade dos Edifícios à Adaptabilidade da Cidade*. Lisboa, 2015. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

MATOS, Mafalda Contente de — *O Espaço Público e a Regeneração Urbana: Uma proposta para Xabregas*. Lisboa, 2015. Tese de Mestrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

MOURA, Eduardo Souto de — *.Bak Gordon*. Lisboa: A+A Books, 2021. ISBN: 9789895440153

ROWE, Colin; KOETTER, Fred — *Collage City* (1978). 1.^a ed. Massachusetts: MIT Press, 1984. ISBN: 978-0262680424.

SEQUEIRA, Marta — *Habitar Lisboa: uma perspectiva arquitetónica sobre uma crise contemporânea*. Lisboa: Monade, 2023. ISBN: 9789895370559.

SILVA, Maria M. S. L. Sampaio — *Ideia de Cidade em Álvaro Siza*. Porto, 2011. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

SOUSA, Clara Cristina Teixeira de — *A Torre como Elemento Urbano Entre a Investigação e o Projeto*. Porto, 2022. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

TAINHA, Manuel; TAINHA, Jovito — *Binário: Arquitectura, construção, equipamento*. 1.^o edição. Lisboa: A. Palmares, 1976.

TELLES, Gonçalo R. — *A Utopia e os Pés na Terra*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. ISBN: 9789727761715.

TELLES, Gonçalo R. — *O Plano Verde de Lisboa*. Lisboa: Edições Calibri, 1997. ISBN: 9789728288747.

TELLES, Gonçalo R. — *Textos Escolhidos*. 2ª edição. Lisboa, Argumentum, 2022. ISBN: 978-9898885203.

VICENTE, Manuel da Silva — O Espaço como Promotor de Saúde e Bem-estar. Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

XXIII Governo, Repúbrica Portuguesa — Mais Habitação. Lisboa, 2023.

World Health Organization — Urban green spaces and health. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2016.. WHO/EURO:2016-3352-43111-60341.

Vídeografia

SILVA, João Gomes da — Paisagem. Filme de Tiago Casanova, 2023. 16:9, cor, som, 3'14.

Sitografia

ANDRÉ, Mário Rui — Vale de Santo António: um território à espera de decisões e concretizações. Lisboa: LPP, 10 Outubro 2023. [Consult. 27 Mar. 2024] Disponível em: https://lisboaparapessoas.pt/2023/10/10/vale-de-santo-antonio-plano-de-urbanizacao/#google_vignette.

BARBAS Patrícia — No País dos arquitectos: Torre FPM 41. Lisboa: Público, 16 Novembro 2023. [Consult. 4 Abr. 2024] Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/11/16/p3/noticia/pais-arquitectos-torre-fpm-41-2070461>.

BARBAS, Patrícia — Um edifício em altura não é um bicho de sete cabeças. Lisboa: Público, 30 Novembro 2018. [Consult. 4 Abr. 2024] Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/11/30/culturaipsilon/entrevista/edificio-altura-nao-bicho-sete-cabecas-1852687>.

CUNHA, Ana Raquel; GRILO, Teresa; SOARES, Ana Luísa — Parque Florestal de Monsanto. Lisboa: AJH, 2020. [Consult. 2 Jun. 2024] Disponível em: <https://www.jardinshistoricos.pt/ad/696>.

CRUZ, Rita — Petição 12/2019 - Stop Torre 60m Portugal. Lisboa: Assembleia Municipal de Lisboa, 5 Junho de 2019. [Consult. 24 Set. 2024] Disponível em: <https://www.am-lisboa.pt/401500/1/012283,000571/index.htm>.

DIAS, Manuel Graça; VIEIRA, Egas José — Reconversão Urbana dos Estaleiros da Margueira, Almada, 1999. Jornal Arquitectos J—A. [Em linha]. Vol.259, n.º 259, 2019. [Consult. 22 Abr. 2024]. Disponível em: https://arquitectos.pt/ja_arquivo/JA_259.pdf.

EUROSTAT — Archive:Age of young people leaving their parental household. European Commission, June 2023. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Age_of_young_people_leaving_their_parental_household&oldid=590885.

GORDON, Ricardo Bak — Portugal. Lisboa: Bak Gordon Arquitectos, 2017. [Consult. 8 Jun. 2024] Disponível em: <https://www.bakgordon.com/portugalia>.

INE — Estatísticas do Emprego: Remuneração bruta mensal média por trabalhador. Lisboa:

INE, Maio 2022. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=540810619&DESTAQUESmodo=2.

INE — Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local. Lisboa: INE, Outubro 2022. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=540873462&DESTAQUESmodo=2.

INE — Estatísticas Demográficas : 2021. Lisboa: INE, 2023. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=13932532&PUBLICACOESmodo=2.

INE — Estatísticas do Turismo: 2020. Lisboa: INE, 2021. Lisboa: INE, 2021. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=280866098&PUBLICACOESmodo=2.

KANG, Tricia — 160 Years of Central Park: A Brief History. New York: Central Park Conservancy, 1 Junho 2017. [Consult. 17 Jun. 2024] Disponível em:
<https://www.centralparknyc.org/articles/central-park-history>.

LOPES, Sara — Abriram mais de 40 hotéis em Lisboa nas zonas de contenção do alojamento local. Lisboa: NiT, Julho 2024. [Consult. 9 Ago. 2024] Disponível: <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/abriram-mais-de-40-hoteis-em-lisboa-nas-zonas-de-contencao-do-alojamento-local>.

MATEUS, José; MATEUS, Nuno — «Matamos a torre, matamos espaço público»? Está aberto o debate sobre «torre» da Portugália. Lisboa: Público, 17 Maio 2019. [Consult. 11 Abr. 2023] Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/05/17/local/noticia/matamos-torre-matamos-espaco-publico-aberto-debate-torre-portugalia-1873011>.

MATEUS, José; MATEUS, Nuno — Afinal, Torre da Portugália vai ter menos 11 metros. Lisboa: NiT, 10 Agosto 2019. [Consult. 4 Abril 2024] Disponível em: <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/afinal-torre-da-portugalia-vai-ter-menos-11-metros>.

PEREIRA, João — Portugália Plaza ‘é uma barbaridade urbanística’. Lisboa: SOL, 12 Maio 2019. [Consult. 24 Set. 2024] Disponível em: <https://sol.sapo.pt/2019/05/12/portugalia-plaza>.

e-uma-barbaridade-urbanistica/.

PORDATA — Taxa de Inflação por bens e serviços (%) - Índice de preços no consumidor (IPC). Lisboa: PORDATA, Julho 2024: <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/inflacao/taxa-de-inflacao/taxa-de-inflacao-por-bens-e-servicos-indice-de-precos-no>.

PORDATA — Vistos Gold - Autorizações de residência para investimento concedidas. Lisboa: PORDATA, Maio 2024. Disponível em: <https://www.pordata.pt/pt/search?search=vistos>.

SILVA, Bárbara — 61% dos emigrantes não pensam regressar a Portugal, alerta estudo da Business Roundtable. Lisboa: Jornal de Negócios, 2024. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/61-dos-emigrantes-nao-pensam-regressar-a-portugal-alerta-estudo-da-business-roundtable>.

TELLES, Gonçalo R. — «Se podemos ser um exemplo, sem andar a chatear ninguém, ótimo»: Gonçalo Ribeiro Telles 1922-2020. Lisboa: Expresso, 11 Novembro 2020. [Consult. 22 Abr. 2024] Disponível em: <https://expresso.pt/arquivo/arquivos-expresso/2020-11-11-Se-podemos-ser-um-exemplo-sem-andar-a-chatear-ninguem-otimo-Goncalo-Ribeiro-Telles-1922-2020>.

TELLES, Gonçalo R. — Gonçalo Ribeiro Telles, o arquiteto paisagista que lutou por cidades mais inclusivas e verdes. Lisboa: Expresso, 20 Abril 2024. [Consult. 22 Abr. 2024] Disponível em: <https://expresso.pt/podcasts/retratos-de-abril/2024-04-20-goncalo-ribeiro-telles-o-arquiteto-paisagista-que-lutou-por-cidades-mais-inclusivas-e-verdes-113dc856>.

TELLES, Gonçalo R. — Gonçalo Ribeiro Telles, o guerreiro incansável. Lisboa: Visão, 11 Novembro 2020. [Consult. 4 Jun. 2024] Disponível em: https://visao.pt/visao_verde/ambiente/2020-11-11-goncalo-ribeiro-telles-o-guerreiro-incansavel/.

VIEIRA, Álvaro Siza — Siza Vieira propõe torres mutantes para Alcântara. Lisboa: Público, 31 Outubro 2003. [Consult. 31 Mar. 2024] Disponível em: <https://www.publico.pt/2003/10/31/local/noticia/siza-vieira-propoe-torres-mutantes-para-alcantara-1173371>.

VIEIRA, Álvaro Siza — Siza Vieira: «O papel da Europa na arquitetura tem sido um desastre

completo. O estatuto profissional do arquiteto acabou». Porto: Idealista, 25 Agosto 2024. [Consult. 25 Ago. 2024] Disponível em: <https://observador.pt/especiais/siza-vieira-o-papel-da-europa-na-arquitetura-tem-sido-um-desastre-completo-o-estatuto-profissional-do-arquiteto-acabou/>.

VIEIRA, Álvaro Siza — Torres de Siza Vieira em Alcântara já não vão ser feitas. Lisboa: Público, 22 Dezembro 2004. [Consult. 12 Mar. 2024] Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/12/22/local/noticia/torres-de-siza-vieira-em-alcantara-ja-nao-vao-ser-feitas-1211426>.